

26 ABR 1961

DF - Comércio JORNAL DE BRASÍLIA

Nova oportunidade ao debate

O governador do Distrito Federal vetou integralmente, ontem, o projeto de lei que estabelece a chamada "semana inglesa", para o comércio local. Se o sancionasse, as lojas, supermercados e **shopping centers** do DF não mais poderiam abrir suas portas aos sábados à tarde, o que, conforme pesquisa de opinião independente e idônea publicada por este jornal, desagradava a cerca de dois terços da população.

O fato é que o governador, que em mais de uma ocasião manifestou sua determinação de administrar o Distrito Federal em harmonia com a Câmara Legislativa, viu-se forçado a recorrer ao veto, devido à maneira como a questão foi tratada desde a apresentação do projeto. Por motivos que não cabe aqui analisar, uma vez que já foram abordados em editoriais anteriores, a tramitação do projeto sobre a semana inglesa transcorreu no Legislativo em meio a um clima de pouca informação, muito preconceito e ainda maior pressão por parte de supostos representantes dos comerciantes. Virtualmente não houve o debate sereno em torno da proposta, com a tomada do depoimento de todos os interessados e a investigação das possíveis consequências da medida.

Pouca ou nenhuma atenção foi dada, na Câmara, às advertências dos lojistas, no sentido de que a restrição provocaria um número relativamente elevado de demissões — a manifestação foi maliciosamente interpretada como "chantagem patronal" —, nem aos interesses da po-

pulação, inclusive dos próprios comerciantes. No afã de aprovar rapidamente o projeto, o que acabou ocorrendo por unanimidade, o bom senso foi desprezado. Quando os ânimos voltaram ao normal, parte dos deputados deu-se conta de que não estava inteiramente de acordo com o que fora votado. Cogitou-se, então, de solicitar ao Executivo a devolução do projeto, apresentação de uma proposta alternativa e outras formas de emendar a situação. O processo legislativo, entretanto, é implacável e não deixa outra opção além da sanção pelo governador ou o veto, única maneira de o projeto retornar ao Legislativo.

O episódio é ilustrativo de certa tendência da vida brasileira, em particular no campo das relações trabalhistas. Ao invés de se buscar o consenso e somente partir para o confronto quando aquele se revelasse impossível, buscou-se o confronto sem esgotar o debate. O resultado aí está.

Se algo de positivo resulta desta desgastante experiência, é a necessidade de se discutir profundamente medidas desta natureza. Não será com tramitações apressadas de questões controvertidas que a Câmara Legislativa demonstrará sua eficiência. É importante, pois, que o veto do governador não seja também encarado como um gesto de enfrentamento com o Legislativo. Acima de tudo, trata-se da única forma de restabelecer o diálogo franco em torno do projeto, ouvindo-se efetivamente todos os interessados em benefício da comunidade.